
RESUMO EXECUTIVO - REUNIÃO DEFESA PROFISSIONAL DIA 28 DE OUTUBRO 2021

Local: Via Web

Horário: 19:30 – 21:00

Coordenação:

Dr. José Fernando Macedo – Diretor de Defesa Profissional AMB

**Convidados: Presidentes das Sociedades de Especialidade Médica e
Federadas e Diretores de Defesa Profissional**

Comitê Diretivo Defesa Profissional AMB

Dr. José Fernando Macedo, Diretor de Defesa Profissional da AMB após cumprimentar os presentes, abriu os trabalhos.

- 1) Apresentação do índice INPC de 10,78% que corrige os Portes e a Unidade de Custo Operacional UCO com o novo Comunicado CBHPM 2021-2022 vigente a partir de outubro. O reajuste foi feito sobre o Comunicado anterior (2020-2021) que já alterou a valoração por correção da curva dos Portes, ocorrida desde 2018. (anexos)
- 2) Comunicação do Dr. Florisval sobre a reunião da AMB e APM com o CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica junto ao seu Presidente Dr. Alexandre Cordeiro Macedo, realizada no dia 18/10/2021 cujos temas foram basicamente em cima de duas solicitações:
 - a. Permitir que a discussão sobre honorários médicos seja realizada pelas entidades médicas
 - b. Permitir a utilização da CBHPM nas negociações junto às OperadorasDr. Florisval colocou que a abertura de processos contra as entidades médicas com punição pelo CADE levou ao afastamento delas nas negociações junto aos planos de saúde, deixando os acordos serem individualmente com cada médico ou clínica. As empresas de planos de saúde são grandes empresas o que torna as negociações muito assimétricas. O poder das operadoras é maior quanto maior é o seu porte, gerando imposição de contrato de adesão em que o médico aceita ou está fora do plano.

Explicou ainda ao CADE o histórico da CBHPM desde 2003 com os estudos da FIPE para a classificação dos procedimentos médicos e ouviu do Dr.

Alexandre que o CADE tem o papel de defender o consumidor, por meio da garantia da livre concorrência, principalmente quando existe a cartelização prejudicando a população. Foi a ele explicado que as imposições das operadoras geraram prejuízos aos pacientes que deixaram de ser atendidos pelos consultórios que foram descredenciados ou tiveram que fechar pela baixa remuneração. A solução está na possibilidade de as entidades médicas negociarem livremente com as operadoras sem ferir o princípio da livre concorrência e não gerar cartelização.

A reunião com o CADE foi encerrada com a proposição de a AMB e a APM formalizarem uma consulta ao CADE para obter formalmente uma resposta e manter uma aproximação com este Conselho para evitar processo com litígio.

Dr. Macedo que também participou da reunião reforçou que os médicos estão na defesa do consumidor e o CADE entendeu a posição dos médicos e disse que tem as portas abertas para o diálogo.

Dr. Napoleão, assessor parlamentar da AMB, coloca que na baixa remuneração médica não tem profissional que faça o procedimento. Também cita que os membros do CADE são aprovados pelo Senado Federal, o que denota um peso político nas questões de Defesa e Concorrência.

<https://www.gov.br/cade/pt-br/composicao/presidencia>

<https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/noticias/estudo-do-dee-apresenta-ensaios-sobre-mercado-de-saude-suplementar>

- 3)** Dr. Napoleão fala sobre o andamento da revisão da Lei 9656/98 e cita que atualmente são mais de 250 propostas de Projeto de Lei apensadas e que estão agora sob análise de uma Comissão Especial criada em junho deste ano com um Presidente, Vice-Presidente e Relator. No início de novembro, prevista para o dia 09/11/2021 a AMB irá protocolizar um documento com o entendimento de como a Lei 9656/98 deve ser revisada. As Sociedades e Federadas da AMB receberão este documento e poderão se manifestar.

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/comissao-especial-pl-7419-06-planos-de-saude-1>

Dr. Macedo fez apresentação dos tópicos presentes no documento, anexa.

- 4)** Dr. Macedo abre para as perguntas e manifestações:

Dr. Eduardo Meirelles da Reumatologia cita que o novo reajuste leva a consulta médica a cerca de R\$250,00, o que considera muito bom. Também viu como ótima a reunião com o CADE e que deve ter mais reuniões e aproximação com ele. Sugere que a AMB tenha escritório jurídico especializado no CADE e caso não tenha, tem indicações a sugerir.

Dr. Carlos Henrique da AMMG considera muito boa a oportunidade de reunião com o CADE. Cita que além dos problemas de reajustes abaixo dos índices de correção mínima da inflação, a atuação médica tem sofrido com a questão da área de competência médica e invasão de outros profissionais de saúde. Considera muito importante a Lei manter a cobertura de procedimentos solicitados pelos médicos. Deu o exemplo da consulta com enfermeiro, incluída no Rol da ANS, que tem cobertura havendo solicitação médica. Também vê a importância da conscientização da população sobre as ações das operadoras, inclusive dos índices de reajuste, quase inexistente, mostrando um desrespeito aos médicos.

Dr. Macedo solicita ao Dr. Eduardo e ao Dr. Carlos Henrique que enviem os tópicos aqui apontados para que estes possam ser discutidos no Comitê Diretivo da Diretoria de Defesa Profissional da AMB.

Dra. Viviana Lemke da Cardiologia vê importância de mostrar a desigualdade entre os planos de saúde e os médicos. Os convênios têm muito poder e podem prejudicar a população com suas imposições. Deve haver um “poder compensatório”.

Dr. João Fernandes da Oftalmologia parabeniza a AMB e APM pela reunião com o CADE e questiona se no próximo dia 09/11 haverá a presença das Sociedades Médicas na entrega do documento da AMB à Comissão Especial sobre a Lei 9656/98. Resposta afirmativa confirmada pelo Dr. Napoleão.

Dr. Florisval Meinão comenta que a reunião do CADE foi muito proveitosa. Cita que a consulta médica é a referência para os procedimentos médicos desde a criação da CBHPM. Relata que houve proposta no passado de algumas operadoras aceitar a CBHPM, porém com mais portes, uma hierarquização de 100 portes apresentada pelo Bradesco, sendo que a CBHPM tem 42 portes. Vê a necessidade de revisão da atual CBHPM para uma negociação efetiva de honorários junto às operadoras. Cita ainda as más práticas das operadoras para economizar, exemplo visto nesta pandemia da Covid19 com problemas nos atendimentos médicos na internação e UTI, desrespeitando a autonomia do médico. Defende a universalização da consulta médica para todos, com os planos de saúde responsáveis pelo seu reembolso ao beneficiário, e é contra a segmentação de planos com coberturas parciais e/ou limitadas, como também é contra o descredenciamento de médicos, de forma abusiva pelo plano de saúde.

Dr. Eduardo Vieira da Coloproctologia parabeniza a AMB pela reunião com o CADE. Também questiona sobre a “tabela de procedimentos excludentes” elaborada pela Unimed do Brasil, se a AMB ou alguma entidade presente tem conhecimento.

Dr. Macedo coloca que verificará mais detalhes da citada tabela, em anexo, e, se for o caso, promover uma discussão técnica dela.

<http://www2.unimed.coop.br/nacional/maisinfo/gis/12122019/EXCLUDENTE2020.html>

Planilha Anexa – Instruções da Unimed:

Coluna B = Procedimentos Excludentes, são os procedimentos base (principais).
Coluna E = Procedimentos Excluídos, são os procedimentos que devem ser negados por já estar na base quando solicitados juntos.

Nestes casos quando um procedimento já estiver incluso somente será liberado o principal sendo o de maior valor e o outro sendo negado por já estar incluso.

Dr. Zilli da SOMERJ cita que gostaria de ver o documento da AMB antes dele ser entregue à Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Coloca ainda que a CBHPM teve revisão iniciada em 2013 também com a FIPE por ocasião da proposta de hierarquização da TUSS.

Dr. Macedo espera em breve ter a possibilidade de reunião presencial inclusive uma específica para tratar o alinhamento da CBHPM.

Sem mais assuntos a tratar, Dr. Macedo encerrou a reunião agradecendo da presença de todos.

Próxima reunião 18/11/2021 - quinta feira (a confirmar)

Horário: 19:30 - 21:00

Plataforma Web